

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RN
ADMINISTRAÇÃO**

**UMA ABORDAGEM SOBRE GESTÃO FINANCEIRA PÚBLICA: UM ESTUDO DE
CASO NUMA ESCOLA NATALENSE**

ANDERSON DA CÂMARA RAPOSO

NATAL/ RN

2004

ANDERSON DA CÂMARA RAPOSO

**UMA ABORDAGEM SOBRE GESTÃO FINANCEIRA PÚBLICA: UM ESTUDO DE
CASO NUMA ESCOLA NATALENSE.**

NATAL / RN

2004

Catálogo na Fonte

Raposo, Anderson da Câmara

Uma abordagem sobre gestão financeira pública: um estudo de caso numa escola natalense / Anderson da Câmara Raposo - 45 p.

Orientador: Profª. M: Sc. Carlos Eduardo Marinho Diniz.

Trabalho de Conclusão de Curso de Administração de Empresas (Monografia) – Liga de Ensino do Rio Grande do Norte – Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Gerenciamento Financeiro. 2. Recursos Públicos. 3. Escolas. I. Diniz, Carlos Eduardo Marinho. II. Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/

CDU

ANDERSON DA CAMARA RAPOSO

FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RN

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

UMA ABORDAGEM SOBRE O USO DO TÍTULO DE BACHAREL EM

ADMINISTRAÇÃO

**GESTÃO FINANCEIRA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA
NATALENSE.**

Anderson da Câmara Raposo

Projeto apresentado e aprovado em _____ de _____ de _____ pela

banca examinadora composta pelos

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Administração de Empresas da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

**Orientador: Profº M.Sc. Carlos Eduardo
Marinho Diniz**

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Membro examinador*

Membro Examinador

NATAL/RN

2004

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RN
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

UMA ABORDAGEM SOBRE GESTÃO FINANCEIRA PÚBLICA: UM ESTUDO DE
CASO NUMA ESCOLA NATALENSE.

Anderson da Câmara Raposo

Projeto apresentado e aprovado em _____ de _____ de _____, pela
banca examinadora Composta pelos seguintes membros:

Profº M. Sc. Carlos Eduardo Marinho Diniz
Orientador

George Queiroga Estrela
Membro examinador

Membro Examinador

NATAL/RN

2004

DEDICATÓRIA

Agradeço a Deus, por me permitir o privilégio da vida e por incentivar a crescer como pessoa e como profissional.

Agradeço a meus pais, a grande célula que trabalharam para educar seus 2 filhos da forma mais digna possível.

Agradeço aos meus amigos e família, pessoas maravilhosas, compreensivas e pacientes para comigo que colaboram com suas incríveis personalidades.

Sou muito grato aos colegas de sala pelo companheirismo, desprendido no decorrer do curso.

Agradeço em especial, Ao Professor Orientador Carlos Eduardo, pela sua dedicação, compreensão e pelo trabalho.

! Enfim, agradeço a todos que fizeram parte deste trabalho, muito muito obrigada.
Dedico este trabalho a todos os professores que fazem a Escola Municipal, que diariamente destinam esforços em prol da aprendizagem das crianças, em meio a tantas dificuldades e tolerância, procurando fazer de suas salas de aula o melhor lugar do mundo em busca de alguma forma de contribuir com o crescimento de seus alunos.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, por me permitir o privilégio da vida e por incentivar a crescer como pessoa e como profissional.

Agradeço a meus pais, a grande criatura que trabalharam para educar seus 2 filhos da forma mais digna possível.

Agradeço aos meus amigos e irmã, pessoas maravilhosas, compreensivas e pacientes para comigo que colaboram com suas incríveis personalidades.

Sou muito grato aos colegas de sala pelo companheirismo, demonstrado no decorrer do curso.

Agradeço em especial. Ao Professor Orientador Carlos Eduardo, pela sua dedicação, compreensão e brilhante atuação no decorrer da elaboração desse trabalho.

Enfim, agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram para o êxito deste trabalho. Meu muito obrigado!

*O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As
despesas das autoridades deve ser moderada
e controlada. Os pagamentos a governos
estrangeiros devem ser reduzidos, se a nação
não quiser ir à falência. As pessoas devem
novamente aprender a trabalhar, em vez de
viver por conta pública.*

Marco Tullius Cícero – Roma, 55 a.C.

RESUMO

A presente monografia analisa o gerenciamento financeiro da Escola Municipal Maria Madalena (filial) que atualmente recebe recursos para garantir o funcionamento e aquisição de materiais, bens e serviços, controle e prestação de contas. Os recursos financeiros são considerados de acordo com o número de alunos matriculados, informados através do cadastro escolar. Identifica as origens dos programas e projetos executados pela Unidade Escolar para obter, bem como faz um levantamento do número de alunos matriculados e o valor de despesa de educação dos alunos no decorrer dos anos de 2010 e 2011. Faz também uma avaliação do gasto financeiro. O trabalho fundamenta-se em bases teóricas de alguns autores e especialistas em Financiamento da Educação: OLIVEIRA, FERNANDES, ALVES, VEISA, ANTONIO CABRAL, entre outros, bem como a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Apresenta algumas recomendações e sugestões para o melhoramento da qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gerenciamento Financeiro, Recursos Públicos.

O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As dívidas públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.

Marcos Tullius Cícero – Roma, 55 a.C.

RESUMO

A presente monografia analisa o gerenciamento financeiro da Escola Municipal Maria Madalena (fictício) que atualmente recebe recursos, para garantir o funcionamento e aquisição de materiais, bens e serviços, controle e prestação de contas, os repasses financeiros são considerados de acordo com o número de alunos matriculados, informados através do censo escolar. Identifica as origens dos programas e projetos executados pela Unidade Escolar supra citada, bem como faz um levantamento do número de alunos matriculados e o índice de desempenho acadêmico dos alunos no decorrer dos anos de 2003 e 2004, faz também uma avaliação do gestor financeiro. O trabalho fundamenta-se em bases teórica de alguns estudiosos e especialistas em Financiamento da Educação como: REZENDE, FERNANDES, ALVES, VEIGA, ANTONIO CABRAL, entre outros, bem como a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Conclui fazendo algumas recomendações e sugestões para o melhoramento da qualidade de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Gerenciamento Financeiro, Recursos Públicos, Escolas

ABSTRACT

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE QUADROS

RESUMO ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema de Pesquisa

To present monograph it analyzes the financial administration of the Municipal School Maria Madalena (fictitious) that now receives resources, to guarantee the operation and acquisition of materials, goods and services, control and accounts rendered, review them healthy financiers considered in agreement with the number of enrolled students, informed through the school census. He/she/you identifies the origins of the programs and projects executed by the School Unit supra mentioned, as well as he/she makes a rising of the number of enrolled students and the index of the students' academic acting in elapsing of the years of 2003 and 2004, he/she also makes an evaluation of the financial manager. The work is based in bases theoretical of some studios and specialists in Financing of the Education as: REZENDE, FERNANDES, ALVES, VEIGA, ANTONIO CABRAL, among other, as well as the Federal Constitution and the Law of Fiscal Responsibility. He/she/you concludes making some recommendations and suggestions for the improvement of the teaching quality.

WORD-KEY: Financial administration, Public Resources, Schools

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de Pesquisa

2.2 Ambiente da Pesquisa

2.3 Coleta de Dados

2.4 Tratamento dos Dados

3 ANÁLISE DE DADOS

3.1 ORGANIZAÇÃO E ATENDIMENTO DA ESCOLA

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 CONCLUSÃO

4.2 RECOMENDAÇÕES FINAIS

5 REFERÊNCIAS

APÊNDICE

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE SIGLAS.....	
LISTA DE QUADROS.....	
RESUMO ABSTRACT.....	
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização do Problema de Pesquisa	13
1.2 Caracterização do Ambiente de Pesquisa	17
1.3 Objetivos	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos	17
1.4 Justificativa	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Orçamento Público	20
2.2 Etapas de Implantação e Execução do Orçamento Programa	23
2.3 Microeconomia	26
2.4 Contabilidade Pública	27
2.5 Atribuições do administrador financeiro	27
2.6 A lei de responsabilidade fiscal.....	28
3. METODOLOGIA	30
3.1 Tipo de Pesquisa.....	30
3.2 Ambiente da Pesquisa	30
3.3 Coleta de Dados	30
3.4 Tratamento dos Dados	31
4 ANÁLISE DE DADOS	32
4.1 ORGANIZAÇÃO E ATENDIMENTO DA ESCOLA.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
5.1 CONCLUSÃO	38
5.2 RECOMENDAÇÕES FINAIS	40
6 REFERENCIAS.....	43
APÊNDICE	45

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola (MEC)

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC – Ministério da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PDDE – Programa dinheiro direto na escola

PNAE- Programa Nacional de alimentação Escolar

PPA – Plano Plurianual

QUADRO 1 MOVIMENTO ANUAL DE MATRÍCULA EM 2004

QUADRO 2 RENDIMENTO ANUAL EM 2004

QUADRO 3 DESPESAS COM PROFESSORES

QUADRO 4 NÚMERO DE PESSOAL EFETIVO NA ESCOLA

QUADRO 5 DESPESAS COM MERENDA ESCOLAR EM 2003 / 2004

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.

A gestão de recursos financeiros na educação, especificamente na escola pública é um assunto que vem recebendo cada vez mais atenção por parte dos gestores da educação. Os diretores estão com a responsabilidade de administrar o corpo docente e os financiamentos que a escola recebe do município pelos seus programas. Sob esse ponto de vista, pretendemos com este trabalho alcançar um nível de aprofundamento sobre como o dinheiro chega na escola e como pode ser gasto com responsabilidade nas escolas públicas com o objetivo de melhoria efetiva na oferta da educação pública com padrões de qualidade.

A partir da constituição de 1934, vem-se colocando como dever do estado uma educação pública de qualidade para todos e isso não ocorre corretamente. É notoriamente sabido que, ainda hoje, há um elevado número de pais que buscam reservar um volume de recursos extra para manter seus filhos em escolas privadas, tidas como de melhor qualidade, para que estes possam almejar uma melhor formação intelectual e técnica, melhores postos profissionais, ficando a maioria do ensino pública, regada ao abandono financeiro, às deficiências profissionais, materiais, pedagógica, dentre outros.

Outro aspecto interessante é verificar o peso de cada nível de governo no financiamento de ações sociais, segundo dados de 1995, o governo federal é a origem de 59,5% nos recursos gastos no setor social, ficando estados e municípios com 23,7% e 16,7% respectivamente. Esta alta participação do governo federal decorre basicamente do fato, de que é nesse nível de governo que são recolhidas a

contribuição social. Ao contrário dos estados e municípios, que devem financiar boa parte de suas políticas sociais com recursos de suas receitas e impostos do total gasto social federal, (FERNANDES, 1998).

Em 1993, foi elaborado o plano decenal de educação para todos em que um de seus objetivos é incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo com maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação, reestruturando o atual quadro de distribuição, entre os níveis de governo; criando fundos e mecanismos não convencionais de financiamento a programas e projetos inovadores em qualidade educacional e de equalização social de oportunidades; incrementando em função das disparidades definidas, os gastos públicos e definindo instrumentos para controle desses gastos em educação.

De acordo com Cabral (2002), essa perspectiva nacional como era de se esperar no esquema de encadeamento legal e político, é seguida pelo governo do Estado do Rio Grande do Norte em seu plano estadual de educação básica (1994-2003), no item modernização do planejamento e da gestão, o qual incentiva "a garantia de autonomia administrativa, financeira e pedagógica das unidades escolares".

O FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) tem como objetivo a valorização do magistério, no qual estabelecia que nos dez seguintes anos a aprovação da constituição, os poderes públicos deveriam aplicar pelo menos a metade dos recursos vinculados pela Constituição federal ao ensino na universalização do ensino fundamental além da erradicação do analfabetismo.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério, foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de

setembro de 1996 e sua regulamentação está na Lei 9.424 de 24 de dezembro do mesmo ano e no Decreto nº 2.264 de junho de 1997, sendo implantado nacionalmente em janeiro de 1998, quando uma nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental sendo partilhado de recursos entre estado e municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

A escola Municipal Prof^a Maria Madalena (fictício), situada à rua Maria Leopoldina, s/n no Bairro de Felipe Camarão em Natal/ Rio Grande do Norte, é contemplada com algumas das políticas públicas implementadas pela União como: o FUNDEF onde é de grande importância para a instituição no tocante à valorização dos professores, o PNAE que é executado de forma descentralizada, ou seja, a escola responsabiliza-se desde a elaboração do cardápio, a aquisição e distribuição de gêneros alimentícios até a preparação das refeições para os alunos; o FUNDESCOLA através do PDE, para aperfeiçoamento da gestão escolar e melhoria da qualidade de ensino e o PDDE onde os recursos são repassados pelo FNDE para a Unidade Executora (entidade sem fins lucrativos, constituídas pelas pessoas da comunidade com participação ativa e sistemáticas na gestão financeiras, administrativas e pedagógicas da escola) e podem ser aplicados em atividades variadas, como manutenção, conservação e pequenos reparos no prédio escolar; aquisição de material didático-pedagógico e de consumo necessário ao funcionamento da escola; capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação.

Por meio de PDDE, o MEC descentraliza recursos, promove equidade e fortalece a autonomia da escola, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos, assegurando a participação da comunidade na elaboração e execução do

projeto pedagógico e na gestão escolar, e, assim, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino.

Nesse sentido, Veiga (1994) diz que:

Todo projeto pedagógico da escola é também um projeto político por estar intimamente articulando ao comportamento ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. E político no sentido de compromisso com a formação de cidadãos para um tipo de sociedade.

O reconhecimento da necessidade da gestão de recursos financeiros no plano da unidade escolar está previsto pelo Ministério da Educação, através das políticas do repasse de verbas para as escolas.

O repasse das verbas obedece a critérios, levado em consideração por parte da escola. Há um conjunto de critérios e exigências como a constituição dos colegiados como o Conselho Escolar, a Unidade Executora organizada em forma de Caixa Escolar ou Associação de Pais. Essas instituições deverão assegurar a participação da comunidade, como também expressar em caráter democrático todas as ações desenvolvidas na escola.

Esta autonomia requer dos agentes que nela atuam uma visão ampliada relativa à educação, que é capaz de manter os gastos com dinheiro público de forma correta, e com destinação específicas e fins coletivos. Os recursos são oriundos de nossa própria contribuição, via recolhimento de impostos como também de fontes externas, através de empréstimos, feitos pelo Banco Mundial, que por um lado beneficia o desenvolvimento do sistema educacional e por outro aumenta a dívida externa brasileira.

Diante do exposto, o problema desta pesquisa é: quais os principais recursos financeiros da Escola Municipal Maria Madalena?

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE PESQUISA.

A escola municipal Bezerra está localizada na zona oeste da capital no bairro de Felipe Camarão, onde o nível de escolaridade é relativamente baixo, por ser um bairro carente e pobre da capital, é um lugar discriminado pela sociedade por causa da violência que lá existe, para que isso não aconteça a escola municipal Bezerra procura tornar-se um ponto de referência na área onde está localizada. 80% dos professores têm nível superior e todos estão empenhados no sentido de reverter essa imagem negativa.

A escola atende a uma demanda de 747 alunos distribuídos em três turnos: matutino, intermediário e vespertino, onde estes recebem material escolar que objetiva a redução dos gastos dos pais. Na sua maioria, os pais recebem ajuda de programas do governo como: BOLSA ESCOLA, TRIBUTO À CRIANÇA, VALE GÁS, dentre outros.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Analisar os principais recursos financeiros da Escola Municipal Professora Bezerra

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar os programas / projetos que a escola executa através das verbas da educação.
- Descrever como são executados os programas na escola.

1.4 JUSTIFICATIVA

A gestão financeira da educação, competência das escolas públicas, foi um tema escolhido mediante a necessidade de se estudar de forma científica a legitimidade do financiamento da educação bem como é aplicado os recursos provenientes de impostos vinculados para o ensino fundamental .

No início do século XX, as escolas públicas estavam entre as melhores do país. Estas recebiam uma atenção maior do Estado. À medida que foi aumentando o número de escolas privadas, modernas e de boas instalações, as escolas públicas foram perdendo a credibilidade, muitas vezes tornando-se sem estrutura suficiente para atender toda a demanda cada vez maior, mesmo assim para os pais que não podem manter seus filhos em escolas privadas, a saída é o ensino gratuito, de qualidade onde existem escolas que procuram se empenhar ao máximo para dar o melhor que pode.

Para que estas escolas funcionem com qualidade, os diretores, professores e os conselhos da escola têm de estar empenhados para administrar os recursos que chegam à escola, procurando o melhor para os alunos que são os mais beneficiados. A administração financeira desses recursos é de extrema importância. Todos os meses os diretores prestam conta do dinheiro que recebe. Desta forma, compreender a organização do sistema de administração pública da educação é caminho indispensável para se entender a competência da escola pública, no âmbito da gestão financeira.

Com este estudo os diretores das demais escolas públicas poderão analisar como estes programas devem ser melhores administrados nas escolas públicas e ter como inspiração as idéias e sugestões aqui estudadas e abordadas.

Este trabalho será de grande importância para saber como se administrar recursos e como eles serão arrecadados, como são distribuídos e com isso abrir seus olhos para o futuro onde poderia estar administrando recursos públicos ou mesmo privados na sua carreira profissional.

Gestão Pública é a forma de obter resultados com boa administração dos recursos técnicos, materiais e humanos, proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados, com menores custos e prazos, criando condições adequadas para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do País.

De acordo com Euler (2004), o principal papel da gestão pública é melhorar o desempenho da administração pública, com maior produtividade, reduzir o "custo Brasil", viabilizando a competitividade dos setores produtivos (bens e serviços) no cenário internacional e assegurar o respeito, a credibilidade, a satisfação, a confiança e a participação da sociedade na vida local, regional e nacional.

Foram os gastos públicos, que pode ser dividido em despesas, obras públicas e programas que beneficiam o bem-estar social, os países realizam serviços solicitados pelos cidadãos, financiados, principalmente, pelos impostos. Também podem financiar seu déficit através de títulos públicos, ou criando mais dinheiro. No âmbito nacional, existe apenas um departamento do Tesouro com poder para emitir títulos, valor a curto e em longo prazo. Para administrar as finanças públicas é necessário que os gestores tenham desses recursos públicos tenham conhecimento em torno do processo orçamentário, o que é orçamento, as despesas do orçamento, as classificações de um orçamento-programa, os estágios da despesa pública e execução orçamentária e controle dessa execução.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o orçamento integra um sistema em que as ações de governo são definidas em processo amplo de

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Orçamento Público

Gestão Pública é a forma de obter resultados com boa administração dos recursos técnicos, materiais e humanos, propiciando melhor qualidade dos serviços prestados, com menores custos e prazos, criando condições adequadas para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do País.

De acordo com Euler (2004), o principal papel da gestão pública é melhorar o desempenho da administração pública, com maior produtividade, reduzir o "custo Brasil", viabilizando a competitividade dos setores produtivos (bens e serviços) no cenário internacional e resgatar o respeito, a credibilidade, a satisfação, a confiança e a participação da sociedade na vida local, regional e nacional.

Frente ao gasto público, que pode ser dividido em defesa, obras públicas e programas que favorecem o bem-estar social, os países realizam serviços solicitados pelos cidadãos, financiados, principalmente, pelos impostos. Também podem financiar seu déficit emitindo títulos públicos, ou criando mais dinheiro. No âmbito nacional, existe apenas um departamento do Tesouro com poder para emitir títulos valendo a curto e em longo prazo. Para se administrar as finanças públicas é necessário que os gestores tenham desses recursos públicos tenham conhecimento em torno do processo orçamentário, o que é orçamento, as despesas do orçamento, as classificações de um orçamento-programa, os estágios da despesa pública e execução orçamentária e controle dessa execução.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o orçamento integra um sistema em que as ações de governo são definidas em processo amplo de

planejamento, pelo qual se estabeleceu, com antecedência, diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período maior do que aquele abrangido pela lei orçamentária.

O planejamento é o processo mediante o qual procura-se definir claramente o que fazer e como fazer, visando à utilização racional dos recursos disponíveis para que, com eficiência, eficácia, efetividade e humanização, os objetivos pretendidos possam ser atingidos, nesse sentido, Pólo (2001, p.300) nos diz: *de nada adiantam os bons ventos se não se sabe para onde pretende ir*. Para ele, a falta de um processo decisório, muito sentida no setor público, e de metodologia adequada para a interação dos níveis hierárquicos constituem, a grande dificuldade para que os instrumentos derivados do planejamento atinjam o êxito desejado.

No setor público o orçamento tem sido a única etapa utilizada do sistema de planejamento, visto como mero instrumento legal pelo qual o Poder Executivo obtém autorização legislativa para realização dos gastos públicos. Para Giomi (1994), pouca ênfase tem sido dispensada, à sua utilização como uma das etapas conceituais do processo de planejamento para a alocação racional e gerenciamento dos recursos públicos, visando à prestação de serviços à população.

A idéia de que a elaboração do orçamento anual é uma etapa do processo do planejamento e exatamente o que caracteriza o método de decisão orçamentária. As principais contribuições das empresas vêm em forma de impostos que são pagos ao governo para que garanta um planejamento do orçamento anual e fazer um balanço para os anos seguintes, e com isso financiar os programas do governo.

A principal característica do orçamento financeiro, que o distingue dos chamados métodos tradicionais, é a ênfase do objetivo dos gastos, em vez da simples preocupação com a categoria do dispêndio.

Nesse sentido, Rezende (2001, p. 102)) afirma que:

O progresso analítico do orçamento público requer uma revisão periódica dos objetivos fundamentais de cada programa, dos resultados e dos respectivos custos, ao mesmo tempo e, que leva em considerações a eficiência dos programas alternativos.

Ainda de acordo com Rezende (2001), a Constituição Federal, em seu art. 165, institucionalizou a elaboração pelo Poder Executivo de três instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual (PPA) que tem por objetivo estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital, como também aos programas de duração continuada, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas da administração, inclusive as despesas de capital, a orientação para a elaboração da lei orçamentária anual e as disposições sobre as alterações da legislação tributária, representando importante papel no processo de planejamento concebido na Constituição e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Esta última deve, obrigatoriamente, ser compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que não haja invalidade do orçamento e, conseqüentemente irregularidade de todas as despesas feitas pela administração.

Ainda nos reportando a Resende (2001), até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato do presidente, o poder executivo envia o projeto do PPA ao congresso nacional, que vigora de seu segundo ano de mandato até o fim do primeiro ano do mandato do próximo presidente da república, isto é, a cada dois anos o poder executivo manda para o congresso nacional uma proposta para que não haja problemas nos anos seguintes por isso é feito um plano plurianual.

No Brasil, a constituição de 1988 diminui o grau de hierarquização do orçamento publico. Permitindo, como se viu anteriormente, aos parlamentares,

emendar o projeto de executivo, mas não se vetando a possibilidade de aumentar o total de gastos. No âmbito do executivo em tese, todo o poder é do presidente da república, que pode delegar maior poder ao ministro da fazenda vis-à-vis aos demais ministros.

Como vimos anteriormente, o texto constitucional também deixou clara a interligação do plano plurianual com os orçamentos anuais, ao estabelecer a necessidade de compatibilidade entre ambos e instituir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para dar prioridade às metas previstas no plano plurianual, forçando a conexão entre esses instrumentos.

Desse modo, percebemos que a Constituição, ao estabelecer metas para o período governamental, criou condições para permitir a compatibilidade entre plano e orçamento, porque as dotações financeiras estabelecidas no antigo orçamento plurianual desatualizavam-se em decorrência do processo inflacionário, sob esse ponto de vista podemos dizer que houve avanços.

Conforme Giacomoni (2001), o orçamento deixou de ser uma simples exposição contábil, sendo apresentado como tal, riqueza de bom senso, reflexão e imaginação que adquiriu uma posição privilegiada no campo da política econômica e financeira.

2.2 ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA

De acordo com Resende (2001), a implantação do orçamento público deve incluir pelo menos três etapas. A primeira refere-se à classificação das despesas por programa, a segunda ao estabelecimento de metas e a quantificação dos recursos

necessários a seu atendimento, e a terceira ao estabelecimento de indicadores para a aferição dos custos e resultado de cada programa.

A prática da execução orçamentária tem suas regras, e sobre elas há informações que os gestores públicos precisam conhecer para aplicar bem os recursos públicos. Para realizar qualquer despesa pública, Justen (1997) aponta 4 (quatro) procedimentos administrativos que precisam ser obedecidos. São eles:

- Processo licitatório ou licitação – é o processo administrativo utilizado pelo poder público para aquisição, locação, alienação ou cessão de bens, e para a realização de obras e serviços que vise a obter uma proposta mais vantajosa para o interesse público e que ofereça oportunidades iguais aos fornecedores ou prestadores de serviços públicos.

Hoje, são três as modalidades mais usuais de licitação: o convite, a tomada de preços e a concorrência. Em qualquer dessas modalidades, deve haver uma comissão de licitação, cuja função é analisar, julgar as propostas e definir o vencedor. Os limites máximos de valores aplicáveis a cada uma das situações e os prazos de publicidade são reajustados periodicamente por lei federal. O prazo para o convite é de 5 dias, para a tomada de preços é de 30 dias e para a concorrência de 45 dias.

As orientações quanto aos editais e formas de publicidade desses atos devem ser verificadas nas Leis 8.666/93 e 8.883/94, que tratam do assunto, especialmente o artigo 21 e seus parágrafos.

- Empenho – concluído a licitação e definido o vencedor, providencia-se, junto ao serviço de contabilidade, o empenho em nome da empresa ou pessoa física, num valor definitivo, como compromisso a ser honrado, após a entrega do material ou serviço contratado.

• Liquidação e pagamento – mercadoria entregue, serviço contratado executado, obra contratada concluída e aprovada e com o atestado da execução (total ou parcial) em mãos, a contabilidade efetua a liquidação e o pagamento da despesa. Depois disso, a documentação passa para a auditoria que analisa e aprova. Constatada qualquer irregularidade, procede-se a apuração de responsabilidades.

• Prestação de Contas – Os recursos oriundos de convênios necessitam de prestação de contas em modelo definido pela instituição conveniente. Via de regra, a documentação que dá origem à prestação de contas fica disponível no serviço de contabilidade para sua verificação pelos órgãos de controle externo, seja a de convênio ou de recursos do tesouro. Além disso, em relação às receitas e despesas processadas, o administrador dos recursos públicos é obrigado, segundo a Constituição Federal, a:

a. Realizar publicação bimestral do relatório resumido da execução orçamentária, conforme estabelece o artigo 165, § 3º;

b. Prestar contas do dinheiro, bens e valores públicos, ensejando o seu descumprimento a intervenção do Estado no Município (Art. 35, II e III) ou da União no Estado (Art. 34, VI);

c. Divulgar, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, o montante de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar, e a expressão numérica dos critérios de rateio (Art. 162);

d. Apurar e corrigir a cada trimestre do exercício financeiro as diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas em MDE, segundo o § 4º, artigo 69, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), OU Lei 9.394/96.

Por fim, é o Balanço o elemento que aponta os resultados gerais de um exercício, que permite comparar receita e despesa orçada e realizada, despesa por função, programas, subprogramas, conforme o vínculo do recurso; despesa por órgão e função, etc. Com o balanço é possível identificar se o artigo 212 da CF foi cumprido realmente.

2.4 C Diante do exposto, vimos que os gestores públicos devem administrar com responsabilidade, um dos princípios regulamentado pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) a qual surgiu com o objetivo de regular o que já estava disposto no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal, especificamente dos artigos 163 a 169, onde dispõe sobre princípios básicos essenciais, para uma ação planejada e eficaz, no que diz respeito às normas gerais de finanças públicas, e ainda estabelecer regime de gestão responsável, capaz de garantir a continuidade do equilíbrio das contas públicas, além de determinar metas a serem alcançadas com relação ao resultado das receitas e das despesas, bem como de revogar a Lei Complementar nº 96, de 31/05/1999, a chamada Lei Rita Camata II, a qual estabelecia limites para as despesas com pessoal somente ao Poder Executivo.

2.3. MICROECONOMIA

Conforme Carvalho (2000), o setor público, juntamente com o setor primário, desempenham função extremamente importante no sistema econômico, em que pese a diferença na orientação dos propósitos de cada um deles. Assim, o setor público aponta seus investimentos econômicos, cujo retorno é fundamental derivado na melhoria do nível do bem estar social. Já o setor privado orienta seus

investimentos para empreendimentos cujo objetivo básico é a geração de lucros. Isto significa dizer que todo investimento no setor público objetiva a melhoria de uma população, do bem estar da sociedade, enquanto que no setor privado busca sempre o lucro, o aumento de capital.

2.4 CONTABILIDADE PÚBLICA:

Segundo Slomsky (2003), é um dos ramos da contabilidade geral, aplicada as entidades de direito publico interno.

Regulamentada no Brasil, pela lei complementar nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de direitos financeiros para elaboração e controle dos orçamentos e elaboração dos balanços da união, dos estados, dos municípios e do direito federal.

Para que os programas do governo sejam lei, tem que passar por um balanço da união, onde será feito estudos para ver se esse programa não vai sair do orçamento e terá com se manter por muito tempo.

Ainda para Slomsky (2003), o controle interno nas entidades de direito público, ressalvadas as competências dos tribunais de contas ou órgão equivalente, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiro público, é realizado ou superintendido pelos serviços de contabilidade.

2.5 ATRIBUIÇÕES DO ADMINISTRADOR FINANCEIRO

Em relação ao gestor / administrador financeiro, Sanvicente (1997) diz que:

Qualquer que seja o título específico de seu cargo diretor financeiro, tesoureiro, controlador, vice-presidente de finanças, gerente

financeiro. É o indivíduo ou grupo de indivíduos preocupados com a obtenção de recursos monetários para que a empresa desenvolva as seguintes atividades e expondo a sua escala de operações, se assim for desejáveis.

Analisando as palavras de Sanvicente podemos dizer que não importa o nome do cargo que você ocupa, o importante é que o administrador / gestor tenha domínio de todas as áreas por onde passa os recursos da empresa ou grupo. Ter conhecimento dos princípios éticos da gestão dos recursos financeiros que levará ao fortalecimento do compromisso maior que se tem com a sociedade, no que diz respeito em especial à escola: a educação brasileira de excelente qualidade.

2.6 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal, representa um instrumento eficaz no controle dos Tribunais de Contas, auxiliando os gestores / administradores na gerência dos recursos públicos, primando pela elaboração de seus orçamentos programáticos e o cumprimento das metas aplicadas a todos os gestores de recursos públicos e em todas as esferas de governo, desde que estejam relacionadas à gestão do patrimônio público, da receita e despesa pública.

Para Alves (2001), a Lei de Responsabilidade Fiscal veio ao encontro dos mais legítimos anseios do cidadão brasileiro e que se devidamente aplicada, ela servirá, também, como instrumento hábil a ser utilizado para combater a guerra fiscal e diminuir as desigualdades econômicas regionais no Brasil, onde a abundância de riquezas e a miséria andam juntas, em virtude da redistribuição de rendas ser princípio fundamental do orçamento público no intuito de proporcionar a igualdade entre as regiões brasileiras como prevê a Constituição Federal, bem como a participação da população na elaboração e fiscalização do orçamento.

3.1.1. À luz do exposto, percebemos que, a Lei de Responsabilidade Fiscal, pretende fortalecer o Orçamento, tornando-o efetivamente um Planejamento, no intuito de prevenir desequilíbrios fiscais inesperados, e fazer com que o gestor público se comprometa a dirigir com competência e planejamento os recursos públicos para o bem estar da sociedade. A referida Lei também proporciona ao cidadão acompanhar, analisar e avaliar a atuação dos gestores públicos, dos três níveis (federal, estadual e municipal), de todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e de todos os órgãos públicos. Estar atento às notícias veiculadas na imprensa pode ser um bom começo para a necessária conscientização cidadã.

3.2. AMBIENTE DA PESQUISA

O universo a ser pesquisado constitui-se de uma Escola da rede Pública Municipal, a Escola Municipal Profª Maria Madalena (fictício), localizada à rua Maria Leopoldina, s/n no Bairro de Felipe Camarão, atingindo uma população formada pela Direção da Escola, Secretário Geral bem como os membros da Unidade Executora da Escola.

3.3. COLETA DE DADOS

O projeto se desenvolveu em três etapas: primeiro, um estudo bibliográfico sobre o tema buscando referencial teórico acerca da questão investigada, segundo, o trabalho de campo propriamente dito colhendo informações da população através da aplicação dos instrumentos a serem aplicados visando atingir os objetivos

3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Considerando-se que a educação é um processo dinâmico e está em constante transformação da realidade, a metodologia para a efetivação dessa pesquisa se deu através do estudo de caso. Os instrumentos e técnicas a serem aplicadas foram: questionários, formulários, observação direta extensiva e entrevistas.

3.2. AMBIENTE DA PESQUISA

O universo a ser pesquisado constitui-se de uma Escola da rede Pública Municipal, a Escola Municipal Profª Maria Madalena (fictício), localizada à rua Maria Leopoldina s/n no Bairro de Felipe Camarão, atingindo uma população formada pela Direção da Escola, Secretário Geral bem como os membros da Unidade Executora da Escola.

3.3. COLETA DE DADOS

O projeto se desenvolveu em três etapas: primeiro, um estudo bibliográfico sobre o tema buscando referencial teórico acerca da questão investigada; segundo, o trabalho de campo propriamente dito colhendo informações da população através da aplicação dos instrumentos a serem aplicados visando atingir os objetivos

propostos e em terceiro, um trabalho de análise avaliativa e interpretativa dos dados obtidos na Comunidade escolar sobre a temática pesquisada.

3.4. TRATAMENTO DOS DADOS

Foram feitas umas análises qualitativas e quantitativas dos dados obtidos.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ORGANIZAÇÃO E ATENDIMENTO DA ESCOLA

O presente relatório tem como objetivo apresentar a análise de dados da Escola Municipal Profª Maria Madalena, localizada na periferia de Natal, onde suas condições são mínimas para escola e ao acompanhamento acadêmico das crianças que nela estudam e aos funcionários, apesar da mesma ser considerada de porte médio pela sua estrutura com oito salas de aula e 747 alunos.

A escola funciona nos turnos matutino, intermediário e vespertino, onde os alunos são bastante prejudicados devido à duração das aulas que se reduz apenas a 3 horas e 30 minutos de atividades, estando bem abaixo da média nacional e estadual que é de 4,7 horas de atividades. Esse problema poderá ser solucionado com a extinção do turno intermediário, meta esta que o prefeito pretende alcançar em 2006. Mas, para que isso ocorra, é necessário que a Prefeitura construa mais escolas para absorver os alunos que freqüentam o referido turno.

A Escola conta com 29 professores, distribuídos nos Ciclos do Ensino Fundamental, na sua maioria possuidores do grau de nível superior que chega a **80%**, bem acima da média nacional e estadual que é de 36,1%, tornando-se orgulho para os gestores da referida escola e satisfação para o bairro de periferia de Natal. Como consequência, apresenta um percentual de **88,2%** de aprovação, se destacando em relação à média nacional e estadual, onde aponta em média 73,9% a 80,7% de aprovação respectivamente.

Com relação ao índice de reprovação que hoje apresenta uma margem de **9,2%**, também abaixo das médias estadual e nacional que é de 17,9% e 12,4%, a

escola tem como meta reduzir esse índice para pelo menos 5%. A média de reprovação não é mais baixa, porque na escola existem crianças portadoras de necessidades especiais, como problemas familiares tais como: violência doméstica, pais alcoólatras, viciados e separados. Esses problemas também acarretam o abandono escolar, que na escola apresenta um percentual de **2,6%**, estando ainda bem melhor que a média nacional e estadual que é de 8,2% e 6,9%.

Como a escola está organizada em ciclos, onde o aluno deve passar no mínimo 2 (dois) anos em cada ciclo podendo chegar ao 3º ano se necessário para ir ao ciclo seguinte, ela tem que manter os alunos com a faixa de idade compatível com o ciclo. E, para que os alunos permaneçam dentro da faixa etária dos ciclos, a escola vem trabalhando o processo educativo de forma construtiva, respeitando o ritmo, as necessidades e as experiências dos alunos, propiciando aos mesmos uma maior diversidade pedagógica como: aulas de reforço, pesquisas, aulas de campo entre outras, no intuito de avançar a aprendizagem e, conseqüentemente, a aprovação desses alunos. Mesmo assim, a escola apresenta ainda um percentual de **8,6%** de alunos fora da faixa. Estando bem abaixo da média nacional e estadual que é de 29,8% e 27,1%, a escola pretende reduzir para pelo menos **0,2%**. Com estes resultados apontados acima, a escola atende aos padrões da Secretaria Municipal de Educação – SME, o que é satisfatório para uma escola de periferia.

Na parte administrativa da escola, os gestores vêm enfrentando dificuldades devido ao acúmulo de funções que atualmente lhes é exigido como: compra de merenda escolar, material de expediente e pedagógico, pesquisa de preços, prestação de contas. Com este tipo de cobrança por parte da secretaria de educação fica mais difícil o gestor desviarem os recursos que são repassados para as escolas pela sua prestação de contas que é feito em mês em mês dependendo

do recurso que é repassado para a escola como o da merenda que é feita a sua prestação de conta todos os meses, e o PDDE que é repassado todo término do ano assim como o PDE que tem data certa para escola receber e gasta este recurso com a compra de material pedagógico, com limpeza e nas ações.

Demonstrativo das Matrículas em 2004

Quadro 1.MOVIMENTO ANUAL DE MATRÍCULA EM 2004

Turno	Total de Matrícula	Transferido	Abandono	Total Frequentado
Matutino	259	8	1	250
Intermediário	254	3	0	251
Vespertino	250	4	0	246
Total	756	15	1	747

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Profª Maria Madalena

Como no quadro acima mostra, a cada ano a escola vem recebendo mais alunos em relação aos anos anteriores, que mostra o grau de satisfação dos pais com a escola que apesar de uma estrutura física fraca os pais confiam na qualidade dos professores e procurar o melhor para os seus filhos.

Resultado 2003/2004

Quadro 2.RENDIMENTO ANUAL EM 2003/2004

Ano	Matrícula inicial	Admitida após março	Transferido	Abandono	Aprovado	Reprovado	Índice por abandono
1º ciclo	385	18	16	6	377	0	1,4%
2º ciclo	334	14	12	5	281	50	1,4%
Total	719	32	28	11	658	50	2,8%

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Profª Maria Madalena

Com os resultados do ano anterior a quantidade de alunos transferidos diminuiu em relação ao ano anterior e o abandono é quase nulo, porque se os alunos não frequentarem a escola os pais podem ser chamados pelo conselho tutelar e com isso perde a guarda da criança e os programas do governo federal ou

do município em que estiverem escritos. Neste ano de 2004, a fiscalização foi bem maior que em 2003. No ano de 2004 a escola tem registrado um único caso de abandono, isso mostra que os pais estão mais interessados em manterem seus filhos na escola, porque na rua estas crianças poderiam estar se drogando.

Relação dos custos diretos da SME com os professores municipais.

Quadro 3 DESPESAS COM PROFESSORES

		Nº de Professores	R\$
Ciclo	Fundef	2.080	1.896.042,71
Ensino infantil	Magistério	391	391.060,09
E.J.A	Recomeço	623	533.255,28
Total		3.094	2.820.358,08

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2004

Demonstram-se os custos diretos da SME em salários com os professores de toda a rede de ensino municipal no mês de outubro de 2004.

A parte dos recursos humanos da Escola Municipal Profª Maria Madalena

Quadro 4 NÚMERO DE PESSOAL EFETIVO NA ESCOLA

	Nº	Salários
Funcionários	3	350,00
Professores	24	671,00
ASG	5	271,00
Vigia	4	270,00

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Profª Maria Madalena, 2004

O quadro acima mostra o quanto a SME gasta com salários de uma escola da periferia em uma escola municipal de 1º ciclo e 2º ciclo, os professores a cada inicio de ano passam por um curso onde é reciclado todo seu projeto de ensino durante o ano, os professores passaram os dois últimos anos fazendo o GESTAR um curso sobre Gestão da aprendizagem promovido pelo Fundescola. Os salários

dos professores variam de acordo com seu tempo de serviço e suas gratificações e o dos vigias pelo adicional noturno.

4.2 PROGRAMAS/ PROJETOS EXECUTADOS PELA ESCOLA COM OS RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO FEDERAL E MUNICIPAL.

Prestação de conta da merenda

Quadro 5 DESPESAS COM MERENDA ESCOLAR em 2003/2004

Merenda : ano 2003			
Data	Receita	Despesa	Saldo
7/mar	1.833,00	1.833,00	0,01
14/abr	1.833,00	1.833	0,01
14/mai	1.833,00	1.833,00	0
16/jun	2.300,80	2.300,78	0,02
11/jul	2.300,82	2.300,82	0
01/ago	2.300,80	2.300,79	0,01
02/set	2.300,81	2.300,78	0,03
10/out	2.300,83	2.300,82	0,01
03/nov	2.300,81	2.300,76	0,05
09/dez	2.300,85	2.300,84	0,01
Total	21.604,74	21.604,59	0
Merenda: ano 2004			
Data	Receita	Despesa	Saldo
9/mar	2.300,81	2.300,78	0,03
19/abr	2.300,83	2.300,75	0,08
26/mai	2.332,88	2.332,82	0,01
26/jun	2.332,81	2.332,72	0,09
2/ago	2.332,89	2.332,72	0,09
26/ago	2.332,89	2.332,88	0,01
22/set	2.332,81	2.332,77	0,04
Total	16.265,92	16.265,57	0

Fonte: Secretaria da Escola M. Profª Maria Madalena, 2004

A merenda é calculada pela quantidade de alunos da escola, o município paga em media 0,16 centavos por dia / aluno, como no ano de 2003 existiam menos alunos a escola recebia menos dinheiro. Onde este dado é repassado para o censo,

que passa para SME e eles têm o controle de quanto a escola vai receber durante os meses, este recurso é repassado durante os 10 meses em que a escola está em atividades escolares.

A importância da Merenda Escolar está comprovada em inúmeros estudos e pesquisas. Um trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), publicado em 2003, revela que, para 50% dos alunos da Região Nordeste, a merenda é considerada a principal refeição do dia. Na região, esse índice sobe para 56%.

Com relação aos programas PDDE e PDE, a escola vem gerenciando de forma a atender as necessidades e prioridades da comunidade escolar. É elaborado um Planejamento Estratégico da escola coletivamente, reunindo todos os segmentos da escola, onde definem as metas e ações a serem desenvolvidas sejam elas financiáveis ou não, para serem realizadas com recursos do PDE que atualmente a Escola vem sendo contemplada com um repasse no valor de R\$ 10.000,00, sendo R\$ 4.000,00 para capital e R\$ 6.000,00 para custeio.

O repasse do PDDE atualmente é no valor de R\$ 6.573,40, onde R\$ 1.316,68 é destinado para capital e os R\$ 5.266,72 restantes para custeio. A utilização desses recursos é feita após elaboração de um Plano de Aplicação, o qual é feito também coletivamente, depois de aprovado pelo Conselho Escolar parte-se para execução desse plano.

A Gestão da Escola avalia a aplicação do planejamento estratégico do PDE e do plano de aplicação do PDDE, de forma contínua e sistemática, buscando melhorar as ações que não estão atingindo os objetivos e reprogramando-as.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 CONCLUSÃO

Nesta monografia, pesquisou-se sobre as gerências de recursos financeiros da Escola Municipal Maria Madalena, onde se pôde identificar e analisar as origens dos recursos e suas aplicabilidades no âmbito escolar, visando a descentralização da execução de recursos, voltados à melhoria da infra-estrutura física, pedagógica e materiais. Através do estudo bibliográfico e das observações feitas na escola campo vimos que a situação educacional no Brasil tem melhorado desde a década de 90. Os avanços alcançados foram tanto em termos de ampliação da cobertura quanto na qualidade de ensino.

A solução dos problemas educacionais não se aloca exclusivamente na escola, pois os problemas são mais de ordem social, é necessário, portanto, que a sociedade como um todo participe efetivamente na busca de soluções, buscando uma melhoria não só para a qualidade do ensino, mas também, para melhoria da qualidade devida do cidadão.

A historia tem mostrado que nenhum país do mundo contemporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização, sem que suas populações tenham conquistado simultaneamente, melhoria substancial na sua condição de vida e uma distribuição de renda mais eqüitativa.

O enfrentamento conseqüente do analfabetismo no Brasil sequer de um lado uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico de justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática de

uma ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico e respeite as especificidades regionais.

A realização desse trabalho foi de suma importância, pois no decorrer de toda a execução do mesmo, se pôde acompanhar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros destinados à escola, com segurança e de acordo com os princípios de autonomia, ética e racionalidade administrativa, devido ao fato de se ter uma vivência dentro uma Unidade Escolar.

Espera-se que os dados obtidos nesse trabalho e as experiências nele contidas venham de uma forma ou de outra, contribuir para aqueles que buscam um aperfeiçoamento profissional.

5.2 RECOMENDAÇÕES FINAIS

Espera-se que as nossas expectativas com relação à melhoria da qualidade do ensino sejam cada vez mais superadas, pois a partir do que foi constatado na escola campo entendemos que se urgente e necessário:

- Tratar da Efetividade Social;
- A construção de uma nova escola onde os alunos terão um melhor desempenho e melhor acompanhamento dos professores que estarão, mais estimulados com seu ambiente de trabalho e a satisfação profissional que é um dos pontos mais importantes para qualquer trabalho.
- Uma escola que exista um projeto para atender as mínimas condições de escola de porte médio para os padrões da secretaria municipal de educação-SME, ou seja, que a escola tenha em suas instalações, salas de aula suficientes, amplas e arejadas para atender a demanda do bairro, uma quadra de esportes, um laboratório de ciências, um laboratório de informática o qual é de extrema importância para o desenvolvimento das crianças carentes da periferia, uma área de lazer e Internet, com certeza esta escola seria um ponto de referência para toda a comunidade onde não existe escolas com este porte e com a qualidade necessária para o desenvolvimento educacional dos alunos.
- Uma cozinha e refeitório condizente com o número de alunos matriculados, sala de multimeios, sala de professores, uma direção, secretaria, biblioteca, depósitos, banheiros adequados para crianças especialmente as portadoras de necessidades especiais, bem como parques infantis.
- É interessante que a escola busque parcerias com outras instituições, no intuito de estimular e melhorar a qualidade do trabalho administrativo e

pedagógico, como é o caso da Escola Fundação Bradesco no bairro de Felipe Camarão e o 4º Centenário no Bairro de Petrópolis.

- Como o gestor escolar hoje, recebe os recursos financeiros para gerenciar o funcionamento da escola entre outros programas assistencialistas, aumentou bastante suas atribuições, tornando-se necessário ser criado a função de Coordenador Financeiro para cada Unidade de Ensino.

- Implementação de hortas dentro das escolas é uma prática fácil de implementar e de custo acessível, o aproveitamento das hortaliças, barateia os produtos e melhora a educação alimentar com aulas práticas, enfatizando os nutrientes responsáveis pela saúde humana.

- A merenda escolar deve ser adquirida pela comunidade.

- A democratização do acesso à educação básica no Brasil requer investimentos substanciais na aplicação, manutenção e recuperação das escolas, na formação dos professores, reformulação na jornada de trabalho e recuperação salarial do magistério, na pesquisa educacional na elaboração de material didáticos, além de uma política de apoio ao estudante.

- Os recursos, hoje, se percebe que são insuficientes frente às necessidades acumuladas. Torna-se necessário, portanto, desenvolver uma política de captação de novos recursos para educação, atribuindo-lhe uma parcela mais significativa do Produto Interno Bruto.

- A escola deve construir um projeto de avaliação institucional.

- A escola pode evidenciar um modelo piloto que será base para as demais escolas.

- Fomentar o ensino profissionalizante.

Diante do exposto, podemos dizer que a escola conseguindo fazer o que foi sugerido acima, e, principalmente tendo a participação da comunidade nas tomadas de decisões, com certeza realizará um trabalho educativo de boa qualidade, e, conseqüentemente a melhoria do processo de ensino aprendizagem.

NETO, Antonio Cabral. O Desafio da Descentralização do Sistema Educacional: Elementos para uma Reflexão sobre a experiência do Rio Grande do Norte. [online]

Disponível na Internet via URL: www.dsa.net.br/descentralizacao.asp

ARCHER, Stephen, Dainton, Charles A. Administração financeira: teoria e aplicação. São Paulo: Atlas, 1999.

CARVALHO, Luiz Carlos P. Microeconomia [introdutória] para curso de administração e contabilidade. São Paulo: Atlas, 2000.

CAVALCANTE, Bionora Ceiza. Por que ler a RAP. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

Constituição da República Federativa do Brasil - 1988.

GIACOMINI, James. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2001.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 1997.

Manual de Gestão Eficiente da Merenda Escolar. Merenda escolar: segurança alimentar e educação de qualidade para milhões de crianças. São Paulo, abril de 2004, p.04.

POLO, José Carlos e GIOMI, Waldemar. O Sistema de planejamento e orçamento do setor público brasileiro. Trabalho elaborado para o IPEA em 1994.

6.REFERÊNCIAS

ALVES, Benedito Antonio; GOMES, Sebastião Edílson R. Gomes e AFFONSO, Antonio Geraldo. **Lei de responsabilidade fiscal comentada e anotada**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira Ltda., 2001 – 2 ed.

REZENDE, Fernando. *Finanças públicas*. São Paulo: Atlas, 2001.

NETO, Antonio Cabral. **O Desafio da Descentralização do Sistema Educacional: Elementos para uma Reflexão sobre a experiência do Rio Grande do Norte**. [online]

Disponível na Internet via URL: [desafio.descentralizacao.asp](http://www.desafio.descentralizacao.asp)

ARCHER, Stephen; Dánbrosio, Charles A. **Administração financeira: teoria e aplicação**. São Paulo: Atlas 1969.

CARVALHO, Luiz Carlos P. **Microeconomia introdutória: para curso de administração e contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

CAVALCANTE, Bionors Celza. **Por que ler a RAP**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 2001.

JUSTEN Filho, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. Rio de Janeiro, AIDE Editora, 1997.

Manual de Gestão Eficiente da Merenda Escolar. **Merenda escolar: segurança alimentar e educação de qualidade para milhões de crianças**. São Paulo, abril de 2004, p.04.

POLO, José Carlos e GIOMI, Waldemar. **O Sistema de planejamento e orçamento do setor público brasileiro**. Trabalho elaborado para o IPEA em 1994.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1997.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. São Paulo: Atlas, 2003.

ANÁLISE DOS DADOS

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 2001.

RIO GRANDE DO NORTE, Secretaria de Educação e Cultura. **Plano Estadual de Educação Básica: decênio 1994-2003**. Natal, 1994.

VEIGA, Ilma Passos (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1996.

APÊNDICE

Agradecimentos e colaboradores

4. ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo foi elaborado após a aplicação de questionários com respostas abertas e fechadas com a Direção da Escola campo e a Secretária Geral da escola. O conteúdo das perguntas era de natureza tanto administrativa, financeira como pedagógica. Foi feita uma análise das documentações existentes na escola como processos de alunos, movimento anual de matrículas e rendimento, bem como das prestações de contas das verbas repassadas para a escola e utilizadas na compra de merenda escolar, material de expediente, pedagógico e de apoio aos professores.

Agradecimentos

A análise dos dados relatado neste capítulo foi apoiado pela Direção e equipe técnica da escola. Agradecemos a todos os que fazem a Escola M. Maria Madalena que direta ou indiretamente contribuíram para a efetivação dessa pesquisa.